JUSTIÇA FEDERAL
Tribunal Regional Federal da 3ª Região

221344

CONCURSO PÚBLICO

004. PROVA OBJETIVA

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA: APOIO ESPECIALIZADO | ESPECIALIDADE: **CONTADORIA**

- Você recebeu sua folha de respostas, este caderno, contendo 60 questões objetivas, e o caderno de prova discursiva.
- Confira seus dados impressos na capa deste caderno e na folha de respostas.
- Quando for permitido abrir o caderno, verifique se está completo ou se apresenta imperfeições. Caso haja algum problema, informe ao fiscal da sala para a devida substituição desse caderno.
- Leia cuidadosamente todas as questões e escolha a resposta que você considera correta.
- Marque, na folha de respostas, com caneta de tinta preta, a letra correspondente à alternativa que você escolheu.
- A duração das provas objetiva e discursiva é de 4 horas e 30 minutos, já incluído o tempo para o preenchimento da folha de respostas e para a transcrição das respostas definitivas.
- Só será permitida a saída definitiva da sala e do prédio após transcorridos 75% do tempo de duração das provas.
- Deverão permanecer em cada uma das salas de prova os 3 últimos candidatos, até que o último deles entregue sua prova, assinando termo respectivo.
- Ao sair, você entregará ao fiscal o caderno de prova discursiva, a folha de respostas e este caderno.
- Até que você saia do prédio, todas as proibições e orientações continuam válidas.

AGUARDE A ORDEM DO FISCAL PARA ABRIR ESTE CADERNO.

Nome do candidato

RG | Inscrição | Prédio | Sala | Carteira

FUNDAÇÃO vunesp

Confidencial até o momento da aplicação.

CONHECIMENTOS GERAIS

Língua Portuguesa

Leia a charge para responder às questões de números **01** e **02**.

(Chargista Ricardo Manhães. https://ndmais.com.br/opiniao/charges, 31.03.2023)

01. O diálogo entre os mosquitos permite concluir corretamente que

(A) as medidas de combate à dengue deixam-nos apreensivos.

(B) a disseminação da dengue é algo em que eles não creem.

(C) o avanço da dengue é fato inconteste e pode recrudescer.

(D) os casos confirmados negam de fato o avanço da dengue.

(E) a dengue é um problema que eles preferem ignorar por ora.

02. Na frase – E se bobear chega a mil facinho! –, a palavra "se" tem o mesmo emprego que a destacada em:

(A) Os moradores do local resolveram ajudar no combate à dengue e **se** puseram a procurar os focos do mosquito, eliminando-os o mais rápido possível.

(B) O combate à dengue dependerá de todos, **se** houver empenho para exterminar o mosquito, que facilmente prolifera nos locais onde há água parada.

(C) O agente de saúde visitou as casas e queria saber **se** as famílias estavam tomando todas as precauções necessárias para combater a dengue.

(D) Muitos focos da dengue foram eliminados em vários bairros da cidade, encontrando-**se** os mosquitos em locais onde pensavam que eles não estariam.

(E) A população prometeu acabar com a dengue no bairro e, depois de muita ação contra os focos da doença, alcançaram seu objetivo e **se** abraçaram felizes.

Leia o texto para responder às questões de números **03** a **07**.

Dengue prevista

A dengue é uma doença periódica e cíclica: os casos crescem no verão e há picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos. Trata-se, portanto, de enfermidade de atuação previsível. Supõe-se que o poder público se adiantaria com medidas de prevenção e tratamento. Contudo, há décadas os números de casos e mortes só aumentam no Brasil.

Entre 2000 e 2010, foram registrados 4,5 milhões de ocorrências e 1.869 óbitos. Na década seguinte, os números saltaram para 9,5 milhões e 5.385, respectivamente. O primeiro semestre deste ano registra 1,4 milhão de casos, ante 1,5 milhão em 2022. A tendência é piorar.

Segundo a OMS, urbanização descontrolada e sistema sanitário precário contribuem para o descontrole da moléstia.

No Brasil, cerca de 50% da população não tem acesso a redes de esgoto, em grande parte devido à ineficiência estatal, que só agora começa a mudar com o novo marco do setor. E o desmatamento para a construção de moradias irregulares grassa nos grandes centros. A dimensão de áreas verdes derrubadas para esse fim na cidade de São Paulo atingiu, nos primeiros dois meses de 2023, 85 hectares.

Neste ano, o município já conta com 11 444 casos de dengue – 3,7% a mais em relação ao mesmo período de 2022. Dez pessoas morreram, o maior número em oito anos, quando houve pico epidêmico.

A OMS ressaltou a importância da vacinação. Mas, devido à burocracia, o Brasil protela a distribuição do imunizante japonês Qdenga – já aprovado para venda pela Anvisa – no sistema público de saúde.

O combate à dengue deve ser contínuo, não apenas no verão, e em várias frentes complementares (saúde, infraestrutura e moradia). Com o alerta da OMS, espera-se que o poder público, local e federal, se prepare para receber as consequências do fenômeno climático El Niño.

(Editorial. *Folha de S.Paulo*, 27.07.2023. Adaptado)

03. O editorial enfatiza que o aumento dos casos de dengue é

(A) sazonal, dispensando atenção sistemática das instâncias governamentais, uma vez que os picos epidêmicos têm sido satisfatoriamente controlados.

(B) insignificante, uma vez que as consequências do El Niño para a população não afetam o sistema de saúde, a infraestrutura e a moradia do país.

(C) esperado, configurando um problema de saúde pública que deve ser combatido por meio de frentes complementares orquestradas pelo poder público.

(D) improvável, o que dispensa o poder público de organizar os mecanismos de prevenção, como a vacinação da população com o imunizante japonês Qdenga.

(E) desesperador, aumentando a insegurança da população que se vê acuada nos picos epidêmicos da doença, mesmo com prevenção e tratamento.

04. Considere as passagens:

- E o desmatamento para a construção de moradias irregulares **grassa** nos grandes centros. (4º parágrafo)
- ... o Brasil **protela** a distribuição do imunizante japonês Qdenga... (6º parágrafo)
- O combate à dengue deve ser **contínuo**... (7º parágrafo)

Os termos destacados significam, correta e respectivamente:

(A) propaga-se; posterga; ininterrupto.

(B) amplia-se; retarda; irregular.

(C) difunde-se; prioriza; infrequente.

(D) combate-se; cancela; intermitente.

(E) espalha-se; acelera; interminável.

05. Na passagem do primeiro parágrafo do texto – **Supõe-se que o poder público se adiantaria com medidas de prevenção e tratamento**. Contudo, há décadas os números de casos e mortes só aumentam no Brasil. –, o trecho destacado e o trecho posterior expressam, correta e respectivamente, sentidos de

(A) afirmação e conclusão.

(B) hipótese e adversidade.

(C) contestação e concessão.

(D) afirmação e explicação.

(E) hipótese e comparação.

06. A reescrita de informações do texto em que se atende à norma-padrão de concordância verbal é:

(A) Aumenta-se, no verão, os casos de dengue e constata-se picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos.

(B) Ocorre a cada 4 ou 5 anos os picos epidêmicos da dengue, por isso é enfermidade de atuação previsível.

(C) Há picos epidêmicos da dengue a cada 4 ou 5 anos. Tratam-se, portanto, de situações de atuação previsível.

(D) Segundo a OMS, devem-se à urbanização descontrolada e ao sistema sanitário precário o descontrole da moléstia.

(E) São Paulo é um desses grandes centros que convivem com o desmatamento para a construção de moradias.

07. No trecho do primeiro parágrafo – A dengue é uma doença periódica e cíclica**:** os casos crescem no verão e há picos epidêmicos a cada 4 ou 5 anos. Trata-se**,** portanto**,** de enfermidade de atuação previsível. –, os dois-pontos e as vírgulas são empregados, correta e respectivamente, para sinalizar

(A) o resumo das informações precedentes; separar expressão adverbial.

(B) a inclusão de um contra-argumento; separar conjunção condicional.

(C) o detalhamento de uma informação; separar conjunção conclusiva.

(D) a inclusão de informação nova; separar oração intercalada.

(E) a retificação de uma informação; separar aposto explicativo.

Leia o texto para responder às questões de números **08** a **10**.

Minha empregada, Mme. Thérèse, que já ia se conformando em ser chamada de dona Teresa, caiu doente. Mandou-me um bilhete com a letra meio trêmula, falando em reumatismo. Dias depois apareceu, mas magra, mais pálida e menor; explicou-me que tudo fora consequência de uma corrente de ar. Que meu apartamento tem um *courant d'air* terrível, de tal modo que, _____, chegando em casa, nem teve coragem de tirar a roupa, caiu na cama. "Dói-me o corpo inteiro, senhor; o corpo inteiro."

O mesmo caso, ajuntou, houve cerca de 15 anos atrás, quando trabalhava em um apartamento que tinha uma corrente de ar exatamente igual _____ essa de que hoje sou sublocatário. Fez uma pausa. Fungou. Contou o dinheiro que eu lhe entregava, agradeceu _____ dispensa do troco. Foi lá dentro apanhar umas pobres coisas que deixara. Entregou-me a chave, fez qualquer observação sobre o aquecedor _____ gás – e depois, no lugar de sair _____ rua, deixou-se ficar imóvel e calada, de pé, em minha frente.

(Rubem Braga, "Dona Teresa". *200 crônicas escolhidas*. Adaptado)

08. Em conformidade com a norma-padrão, as lacunas do texto devem ser preenchidas, respectivamente, com:

(A) àquela tarde … à … a … a … à

(B) àquela tarde … a … a … a … à

(C) àquela tarde … à … à … a … a

(D) aquela tarde … à … à … à … a

(E) aquela tarde … a … a … à … à

09. Assinale a alternativa em que o primeiro termo destacado é um pronome com valor possessivo, e o segundo, um adjetivo.

(A) O **mesmo** caso, ajuntou, houve cerca de 15 anos **atrás**...

(B) Mandou-**me** um bilhete com a letra **meio** trêmula, falando em reumatismo.

(C) Entregou-me a chave, fez **qualquer** observação **sobre** o aquecedor...

(D) "Dói-**me** o corpo inteiro, senhor; o corpo **inteiro**."

(E) ... já ia **se** conformando em ser chamada de dona Teresa, caiu **doente**.

10. Nos enunciados reescritos a partir das informações do texto, a colocação pronominal e a regência atendem à norma-padrão em:

(A) Não fosse a corrente de ar que lhe acometera, Mme. Thérèse já teria-se conformado em ser chamada de dona Teresa.

(B) Eu entreguei o dinheiro a dona Teresa, ela contou-o. Depois foi lá dentro apanhar umas pobres coisas que se esquecera.

(C) Dona Teresa certamente vira-se abalada com a corrente de ar, pois veio no meu apartamento magra, mais pálida e menor.

(D) Dona Teresa me contou que, há cerca de 15 anos atrás, tinha exposto-se em uma corrente de ar em um outro apartamento.

(E) Quando voltou, Mme. Thérèse informou-me de que sua debilidade era proveniente de uma corrente de ar no meu apartamento.

Matemática e Raciocínio Lógico

11. O preço unitário de venda de um produto, que era praticado em 2020, teve um único aumento, em 2021, de 10%. Em 2022, foi concedido, sobre o preço de venda reajustado em 2021, um único desconto de 5%.

É correto afirmar que o desconto concedido em 2022 correspondeu, do preço do produto que era praticado em 2020, a:

(A) 6,5%

(B) 5,5%

(C) 4,5%

(D) 5,0%

(E) 6,0%

12. Três terrenos retangulares, um ao lado outro, têm as laterais com a mesma medida. O primeiro terreno tem a medida de frente correspondente a 3 m a menos que metade da medida lateral; o segundo terreno tem medida de frente correspondente à quinta parte da medida lateral; e o terceiro terreno tem 9 m a mais de frente que tem o segundo terreno.

Sabendo-se que a média aritmética simples das áreas dos três terrenos é 850 m^2, a medida da frente do primeiro terreno é de

(A) 22 m.

(B) 21 m.

(C) 20 m.

(D) 19 m.

(E) 18 m.

13. Considere verdadeiras as seguintes afirmações:

I. Se o evento é hoje, então descansei ontem.

II. O evento não é hoje ou amanhã vou descansar.

III. Ou estudo hoje ou não descansarei amanhã.

IV. Não descansarei amanhã.

Uma conclusão verdadeira que se pode extrair das informações apresentadas é:

(A) O evento é hoje.

(B) Descansei ontem.

(C) Não estudo hoje.

(D) Não descansei hoje.

(E) Estudo hoje.

14. Considere a seguinte afirmação: "Existe, pelo menos, um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso."

Uma negação lógica para a afirmação apresentada é:

(A) Não existe candidato que não dormiu bem à noite e foi aprovado no concurso.

(B) Existe candidato que, se foi aprovado no concurso, então dormiu bem à noite.

(C) Existe mais de um candidato que, se ele não dormiu bem à noite, então não foi aprovado no concurso.

(D) Todos os candidatos dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.

(E) Todos os candidatos não dormiram bem à noite e foram aprovados no concurso.

15. Uma senha de seis dígitos, todos numéricos, corresponde ao 10º elemento da seguinte sequência numérica:

2, 11, 47, 191, 767, 3 071, ...

Considerando-se que a senha seja **mpqxyz**, em que **m**, **p**, **q**, **x**, **y**, **z** representam os algarismos dessa senha, o número que representa **y** é

(A) 5.

(B) 7.

(C) 9.

(D) 3.

(E) 1.

R A S C U N H O

16. Hermes é servidor público federal e, injustificadamente, recusou-se a ser submetido à inspeção médica determinada pela autoridade competente.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto na Lei nº 8.112/90, no tocante às penalidades disciplinares cabíveis, é correto afirmar que Hermes está sujeito à

(A) suspensão de até 30 (trinta) dias, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.

(B) suspensão de até 15 (quinze) dias, mas, por conveniência do serviço, a penalidade poderá ser convertida em multa, ficando obrigado a permanecer em serviço.

(C) suspensão de até 15 (quinze) dias, sendo vedada a conversão da penalidade em multa.

(D) advertência e, não atendida a determinação pela segunda vez, multa de até 50% (cinquenta por cento) por dia de vencimento ou remuneração.

(E) advertência e, não atendida a determinação pela segunda vez, suspensão por até 30 (trinta) dias.

17. Simplício, no exercício de suas funções como servidor público, exigiu dolosamente de Tércio, um cidadão, taxa em valor superior ao devido por um serviço público prestado e, ainda, não recolheu aos cofres públicos a importância paga por Tercio, tendo desviado o dinheiro em proveito próprio.

Nessa situação hipotética, considerando o disposto no Código Penal, é correto afirmar que Simplício cometeu o crime de

(A) excesso de exação qualificado.

(B) peculato qualificado.

(C) corrupção ativa.

(D) excesso de exação e peculato.

(E) peculato mediante erro de outrem.

18. Considerando o disposto na Constituição Federal a respeito do Poder Judiciário e seus órgãos, assinale a alternativa correta.

(A) Os Tribunais Regionais Federais terão em sua composição, além de advogados e membros do Ministério Público Federal, juízes federais, por meio de promoção, com mais de 10 (dez) anos de exercício, por antiguidade e merecimento, alternadamente.

(B) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a homologação de sentenças estrangeiras e a ação em que todos os membros da magistratura sejam direta ou indiretamente interessados.

(C) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, entre eles um quinto dentre juízes dos Tribunais Regionais Federais e um quinto dentre desembargadores dos Tribunais de Justiça.

(D) É da competência dos Tribunais Regionais Federais processar e julgar, originariamente, os juízes federais da área de sua jurisdição, exceto os da Justiça Militar e da Justiça do Trabalho, nos crimes comuns e de responsabilidade, e os membros do Ministério Público da União, ressalvada a competência da Justiça Eleitoral.

(E) Com exceção das falências, dos acidentes de trabalho e as sujeitas à Justiça Eleitoral e à Justiça do Trabalho, aos juízes federais compete processar e julgar causas em que a União for autora, ré, assistente ou oponente e as causas entre Estado estrangeiro ou organismo internacional e Município ou pessoa domiciliada ou residente no País.

19. Assinale a alternativa que está de acordo com a política de sustentabilidade no âmbito do Poder Judiciário, considerando os termos da Resolução CNJ nº 400/2021 no tocante ao Plano de Logística Sustentável (PLS).

(A) O relatório de desempenho do PLS deve ser publicado no sítio eletrônico do respectivo órgão do Poder Judiciário e encaminhado ao órgão gestor do Supremo Tribunal Federal, por meio do PLS-Jud, até o dia 28 de fevereiro do ano posterior ao que se refere.

(B) A Presidência de cada tribunal do Poder Judiciário proporá a revisão do plano, que será promovida pela unidade de sustentabilidade com o apoio das unidades gestoras responsáveis pela execução do PLS, no máximo, a cada 2 (dois) anos.

(C) O Balanço Socioambiental do Poder Judiciário passa a ser denominado Balanço da Sustentabilidade do Poder Judiciário e será elaborado e publicado, anualmente, pelo Departamento de Pesquisas Judiciárias (DPJ), com informações recebidas via PLS-Jud.

(D) O PLS é instrumento que se alinha à Estratégia Nacional do Judiciário, e aos Planos Estratégicos dos órgãos, com objetivos e responsabilidades definidas, indicadores, metas, prazos de execução, mecanismos de monitoramento e avaliação de resultados, que objetivem um ambiente de trabalho sustentável e harmonioso aos servidores.

(E) As aquisições e contratações efetuadas pelos órgãos do Poder Judiciário devem observar os critérios de sustentabilidade quanto aos bens, serviços e obras, salvo na execução de reformas, na locação, aquisição e manutenção predial de bens imóveis utilizados na função jurisdicional.

20. No tocante ao tema da Gestão Estratégica do Poder Judiciário, a Resolução CNJ nº 325/2020 dispõe que a execução da Estratégia Nacional do Poder Judiciário é de responsabilidade de ministros, conselheiros, magistrados de primeiro e segundo graus, servidores e colaboradores do Poder Judiciário.

E, nesse sentido, a Estratégia do Judiciário é executada de forma colaborativa e participativa sob a coordenação

(A) do Coordenador Geral de Assuntos Estratégicos do Poder Judiciário.

(B) do Presidente do Supremo Tribunal Federal.

(C) do Corregedor-Geral do Conselho Nacional de Justiça.

(D) da Rede de Governança Colaborativa do Poder Judiciário.

(E) dos Conselhos de Justiça.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. São dados para uma empresa em determinado exercício:

Ativo Circulante: R$ 600.000,00.

Ativo Não Circulante: R$ 700.000,00.

Passivo Circulante: R$ 300.000,00.

Passivo Não Circulante: R$ 500.000,00.

Em face do exposto, afirma-se corretamente que o patrimônio líquido dessa empresa é:

(A) R$ 400.000,00.

(B) R$ 500.000,00.

(C) R$ 300.000,00.

(D) R$ 600.000,00.

(E) R$ 200.000,00.

22. O ativo circulante de uma empresa era, ao final de um determinado exercício, de R$ 1.000.000,00. Essa empresa adquiriu um terreno no valor de R$ 300.000,00, sendo R$ 100.000,00 tirados do caixa da empresa, R$ 100.000,00 em empréstimos que deverão ser pagos em 12 prestações mensais e R$ 100.000,00 obtidos da receita de venda de outro imóvel. Qual será o valor do ativo circulante após essas operações?

(A) R$ 900.000,00.

(B) R$ 1.000.000,00.

(C) R$ 1.100.000,00.

(D) R$ 1.200.000,00.

(E) R$ 1.300.000,00.

23. Uma empresa tem veículos no valor de R$ 600.000,00, e máquinas no valor de R$ 1.200.000,00. A vida útil dos veículos é de 5 anos, e das máquinas, 10 anos, sendo que ambos têm valor residual de 10% do valor total. Qual é a despesa anual de depreciação da empresa, utilizando o método linear?

(A) R$ 240.000,00.

(B) R$ 432.000,00.

(C) R$ 216.000,00.

(D) R$ 324.000,00.

(E) R$ 108.000,00.

24. A empresa A adquiriu 50% da empresa B por R$ 100.000,00. O valor dos ativos da empresa B constante em seu Balanço Patrimonial é de R$ 160.000,00, mas há um terreno contabilizado por R$ 40.000,00, cujo valor de mercado é, na verdade, R$ 60.000,00. Considere que a empresa B não tem passivos exigíveis. Qual é o valor do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) nessa operação?

(A) R$ 10.000,00.

(B) 0.

(C) R$ 20.000,00.

(D) R$ 30.000,00.

(E) R$ 10.000,00.

25. Sobre ativo intangível, é correto afirmar que

(A) um ativo intangível não satisfaz o critério de identificação se for separável, ou seja, puder ser separado da entidade e vendido.

(B) deve ser reconhecido se for provável que os benefícios econômicos futuros esperados atribuíveis ao ativo serão gerados em favor da entidade.

(C) custos com testes para verificar se o ativo está funcionando adequadamente não devem ser considerados no valor do ativo intangível.

(D) custo diretamente atribuível à preparação do ativo para a finalidade proposta não pode ser considerado no valor do ativo intangível.

(E) um ativo intangível deve ser reconhecido mesmo se o custo do ativo não possa ser mensurado com confiabilidade.

26. Considere uma empresa que, no início do ano, estava sem estoque. Primeiramente, ela comprou 100 mercadorias para revenda no valor unitário de R$ 20,00; a seguir, comprou mais 50 unidades ao preço de R$ 22,00. Finalmente, comprou outras 50 ao preço unitário de R$ 25,00. Algum tempo depois, vendeu 120 mercadorias. Determine o custo das mercadorias vendidas, considerando que a avaliação do estoque é feita pelo método PEPS e desconsiderando impostos.

(A) R$ 2.620,00.

(B) R$ 2.560,00.

(C) R$ 2.750,00.

(D) R$ 2.440,00.

(E) R$ 2.000,00.

27. No Demonstrativo de Resultado do Exercício de uma empresa, a diferença entre lucro bruto e lucro operacional é resultado de

(A) despesas e receitas operacionais, administrativas e financeiras.

(B) despesas operacionais, administrativas e financeiras, mais imposto de renda.

(C) custo da mercadoria vendida.

(D) deduções sobre vendas: impostos e devoluções.

(E) impostos sobre vendas e imposto de renda.

R A S C U N H O

28. No início do ano, uma empresa apresentava o saldo da conta lucros e prejuízos acumulados, devedor de R$ 20.000,00 (prejuízo), sendo que seu capital social é R$ 250.000,00. O lucro líquido, ao final do ano, foi positivo de R$ 80.000,00. Estabelecidas as reservas legal obrigatória e a de contingência (sendo esta de 20% do lucro líquido), o estatuto da empresa prevê a distribuição de 50% do lucro ajustado na forma de dividendos. Assinale a alternativa que determina corretamente o montante a ser distribuído em dividendos.

(A) R$ 25.000,00.

(B) R$ 36.000,00.

(C) R$ 30.000,00.

(D) R$ 45.000,00.

(E) R$ 22.500,00.

29. Num dado exercício, o lucro líquido de uma empresa foi R$ 2.500.000,00; as despesas com depreciação totalizaram R$ 500.000,00; houve um aumento do saldo da conta fornecedores em R$ 150.000,00 e uma redução do saldo da conta estoques em R$ 250.000,00. Considerando apenas as informações fornecidas, o caixa gerado pelas operações foi de:

(A) R$ 1.770.000,00.

(B) R$ 3.600.000,00.

(C) R$ 2.000.000,00.

(D) R$ 2.900.000,00.

(E) R$ 3.400.000,00.

30. Um veículo no valor de R$ 90.000,00 tem vida útil de 5 anos e taxa de depreciação, pelo método linear, de 20% ao ano. Suponha que o valor residual seja R$ 10.000,00. Com relação à depreciação do veículo, ao final do primeiro ano, deverão ser feitos os seguintes lançamentos:

(A) – Despesa com depreciação (débito): R$ 16.000,00.
– Exigível a longo prazo (crédito): R$ 16.000,00.

(B) – Despesa com depreciação (débito): R$ 90.000,00.
– Depreciação acumulada (crédito): R$ 16.000,00.
– Exigível a longo prazo (crédito): R$ 74000.000,00.

(C) – Despesa com depreciação (débito): R$ 16.000,00.
– Depreciação acumulada (crédito): R$ 16.000,00.

(D) – Despesa com depreciação (débito): R$ 16.000,00.
– Veículos (crédito): R$ 16.000,00.

(E) – Veículos (débito): R$ 16.000,00.
– Depreciação acumulada (crédito): R$ 16.000,00.

31. De acordo com a Lei nº 6.404/76, o pagamento do valor das ações para retirá-las definitivamente de circulação, com redução ou não do capital social, é denominado

(A) reembolso.

(B) conversão.

(C) emissão.

(D) resgate.

(E) amortização.

R A S C U N H O

32. O auditor externo

(A) não emite opinião sobre a adequação das demonstrações contábeis.

(B) deve ter registro no CRC.

(C) tem menor grau de independência que o auditor interno.

(D) realiza auditoria tanto contábil como operacional.

(E) tem vínculo empregatício com a empresa auditada.

33. O risco de aceitação incorreta é um risco de amostragem em auditoria que ocorre quando

(A) não se identifica distorção relevante, embora exista.

(B) omite-se uma variável de análise relevante.

(C) incorpora-se uma variável de análise irrelevante.

(D) o tamanho da amostra extraída é pequeno, tornando viesados os resultados obtidos.

(E) identifica-se distorção relevante, quando não existe.

34. Os papéis de trabalho correntes são aqueles

(A) utilizados em mais de um exercício social.

(B) referentes aos depósitos à vista.

(C) utilizados com valores financeiros.

(D) referentes a contas do ativo imobilizado.

(E) utilizados em apenas um exercício social.

35. A independência da auditoria pode ser afetada por ameaças, como a ameaça de autorrevisão, que ocorre quando o auditor

(A) obtém benefícios financeiros na entidade auditada.

(B) era, anteriormente, diretor da entidade auditada.

(C) tem relacionamento estreito com membros de uma entidade auditada.

(D) questiona a própria competência, levantando dúvidas sobre seu trabalho.

(E) encontra obstáculos devido a ameaças por parte de membros da entidade auditada.

36. Ao decidir pela amostragem, o auditor pode fazê-la por dois tipos: estatístico e não estatístico. Considerando o exposto, assinale a alternativa correta.

(A) Se a população for muito heterogênea, a amostragem estatística é a mais recomendável.

(B) Os dois tipos de amostragem têm as mesmas bases científicas.

(C) A amostragem não estatística é determinada pelo conhecimento e experiência do auditor.

(D) A amostragem não estatística só é utilizada em auditorias internas.

(E) A amostragem estatística é recomendável quando a população for pequena.

37. Se as distorções existentes nas demonstrações são relevantes e generalizadas, havendo evidências, o parecer do auditor deve ser

(A) sem ressalva.

(B) favorável.

(C) adverso.

(D) com ressalva.

(E) com abstenção de opinião.

38. A alternativa que traz somente receitas públicas classificadas como correntes é:

(A) crédito, agropecuária, industrial.

(B) crédito, amortização, alienação de bens.

(C) tributária, amortização, industrial.

(D) tributária, agropecuária, industrial.

(E) amortização, agropecuária, crédito.

39. As despesas empenhadas mas não pagas até o dia 31 de dezembro, distinguindo-se as processadas das não processadas, são denominadas

(A) despesas extraorçamentárias.

(B) créditos adicionais.

(C) dívida ativa.

(D) restos a pagar.

(E) despesas correntes.

40. A etapa da receita orçamentária correspondente à entrega dos recursos devidos ao Tesouro pelos contribuintes ou devedores, por meio dos agentes arrecadadores ou instituições financeiras autorizadas pelo ente, é denominada

(A) arrecadação.

(B) lançamento.

(C) cobrança.

(D) previsão.

(E) recolhimento.

41. Configuram-se Restos a Pagar não processados quando:

(A) o pagamento foi feito, mas não foi contabilizado.

(B) falta apenas o pagamento.

(C) o pagamento foi feito fora do prazo.

(D) não foi realizado o empenho da despesa.

(E) a despesa se encontra pendente de liquidação.

42. As etapas da despesa orçamentária são, pela ordem:

(A) pagamento, liquidação e empenho.

(B) empenho, liquidação e pagamento.

(C) empenho, pagamento e liquidação.

(D) liquidação, empenho e pagamento.

(E) pagamento, empenho e liquidação.

43. As dívidas resultantes de compromissos gerados em exercícios financeiros anteriores àqueles em que ocorrerão os pagamentos são denominadas

(A) restos a pagar.

(B) despesas extraorçamentárias.

(C) despesas de exercícios anteriores.

(D) dívida ativa.

(E) créditos adicionais.

44. Na contabilidade do setor público, a demonstração que confronta as receitas e as despesas previstas com as realizadas é denominada

(A) Balanço Orçamentário.

(B) Demonstrativo do Resultado do Exercício.

(C) Balanço Patrimonial.

(D) Demonstrativo das Variações Patrimoniais.

(E) Balanço Financeiro.

45. Assinale a alternativa que contém uma variação patrimonial diminutiva.

(A) transferências recebidas.

(B) valorização de ativos.

(C) impostos, taxas e contribuições.

(D) pessoal.

(E) exploração e venda de bens.

46. O Plano Plurianual:

(A) estabelece objetivos e metas claras e precisas para o período de quatro anos.

(B) é de curto prazo.

(C) começa a vigorar no primeiro ano de cada governo eleito.

(D) utiliza programas e ações necessárias para suas metas da LDO.

(E) utiliza de indicadores de desempenho previamente definidos.

47. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO)

(A) traça regras exclusivamente para as despesas do poder Executivo.

(B) estabelece as regras para a elaboração da Lei Orçamentária Anual do mesmo ano.

(C) veta o aumento de despesas com pessoal.

(D) indica prioridades de financiamento pelos bancos privados.

(E) determina o nível de equilíbrio geral entre receitas e despesas.

48. A Lei Orçamentária Anual:

(A) é aprovada por decreto do Poder Executivo.

(B) estima receitas e fixa as despesas para um exercício financeiro.

(C) estabelece as metas do Plano Plurianual.

(D) é um instrumento de longo prazo.

(E) estabelece as regras para a elaboração da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

49. De acordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal, assinale a alternativa correta quanto à concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita.

(A) O disposto na Lei não se aplica ao cancelamento de débito cujo montante seja inferior ao dos respectivos custos de cobrança.

(B) Deve estar acompanhada de estimativa do impacto orçamentário-financeiro no exercício vigente.

(C) Deve estar acompanhada de medidas de compensação que não incorram em aumento de receita.

(D) Requer demonstração pelo proponente de que a renúncia foi considerada na estimativa de receita no Plano Plurianual.

(E) Se o ato de concessão ou ampliação do incentivo decorrer de medidas de compensação prometidas, o benefício entrará em vigor imediatamente.

50. As despesas obrigatórias de caráter continuado

(A) têm que ser aprovadas por Lei.

(B) fixam obrigação legal de, no máximo, dois exercícios.

(C) podem ser instituídas por Medida Provisória.

(D) se forem prorrogadas não serão consideradas aumento de despesa.

(E) não precisam estar acompanhadas de comprovação de que não afetarão as metas no final.

51. Quanto aos limites com gasto com pessoal estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, é correto afirmar:

(A) os valores dos contratos de terceirização de mão de obra não serão contabilizados como Despesas de Pessoal.

(B) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual da 50% da receita corrente líquida, no caso da União.

(C) entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos.

(D) neles, não são computadas as despesas com inativos e pensionistas.

(E) a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder o percentual de 70% da receita corrente líquida, no caso dos Municípios.

52. Se a despesa total com pessoal ultrapassar os limites estabelecidos na Lei de Responsabilidade Fiscal, o percentual excedente terá de ser eliminado nos dois quadrimestres seguintes. Assim, é correto afirmar:

(A) não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido deverá tomar empréstimos.

(B) não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido não poderá pagar salários.

(C) não alcançada a redução no prazo estabelecido, e enquanto perdurar o excesso, o Poder ou órgão referido poderá receber transferências voluntárias.

(D) pelo menos um terço do excesso deverá ser eliminado no primeiro quadrimestre.

(E) o prazo para regularização pode ser adiado indefinidamente.

53. É vedado ao titular de Poder ou órgão, no(s) último(s) _____ do seu mandato, contrair obrigação de despesa que não possa ser cumprida integralmente dentro dele, ou que tenha parcelas a serem pagas no exercício seguinte sem que haja suficiente disponibilidade de caixa para este efeito. A lacuna no enunciado refere-se ao período de

(A) seis meses.

(B) dois quadrimestres.

(C) três meses.

(D) dois bimestres.

(E) um ano.

54. No que se refere à destinação de recursos para, direta ou indiretamente, cobrir necessidades de pessoas físicas ou *deficit* de pessoas jurídicas, é correto afirmar que

(A) o dispositivo na lei de responsabilidade fiscal não se aplica à administração indireta.

(B) poderão ser utilizados recursos públicos para socorrer instituições do Sistema Financeiro Nacional.

(C) poderá ser autorizada por decreto.

(D) não inclui a concessão de empréstimos e financiamentos.

(E) deverá ser autorizada por lei específica.

55. Se a dívida consolidada de um ente da Federação ultrapassar o respectivo limite ao final de um quadrimestre, deverá ser a ele reconduzida até o término dos três subsequentes, reduzindo o excedente em pelo menos 25% (vinte e cinco por cento) no primeiro. Enquanto perdurar o excesso, o ente que nele houver incorrido

(A) não terá observadas as normas deste artigo nos casos de descumprimento dos limites da dívida mobiliária.

(B) poderá realizar operação de crédito interna ou externa.

(C) estará proibido de realizar operação de crédito interna ou externa, ressalvadas as para pagamento de dívidas mobiliárias.

(D) ficará impedido de receber transferências voluntárias da União ou do Estado.

(E) só poderá realizar operação de crédito externa.

56. O Ministério da Fazenda verificará o cumprimento dos limites e condições relativos à realização de operações de crédito de cada ente da Federação, inclusive das empresas por eles controladas, direta ou indiretamente. O ente interessado formalizará seu pleito fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação e o atendimento das seguintes condições:

(A) inclusão no orçamento ou em créditos adicionais dos recursos provenientes da operação, inclusive no caso de operações por antecipação de receita.

(B) autorização específica do Senado Federal, quando se tratar de operação de crédito interno.

(C) observância dos limites e condições fixados pela Câmara dos Deputados.

(D) serão computadas nas despesas de capital as realizadas sob a forma de empréstimo ou financiamento a contribuinte.

(E) existência de prévia e expressa autorização para a contratação, no texto da lei orçamentária ou lei específica.

57. Entre as modalidades de licitação, o Pregão

(A) tem como critério de julgamento obrigatoriamente o menor preço.

(B) pode ser usada para alienação de bens.

(C) não é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns.

(D) pode ter como critério de julgamento o maior desconto.

(E) pode ter como critério de julgamento o maior retorno econômico.

58. A modalidade de licitação para contratação de bens e serviços especiais e de obras e serviços comuns e especiais de engenharia, cujo critério de julgamento poderá ser menor preço; melhor técnica ou conteúdo artístico; técnica e preço; maior retorno econômico; ou maior desconto é denominada:

(A) concorrência.

(B) leilão.

(C) concurso.

(D) pregão.

(E) diálogo competitivo.

Leia o seguinte enunciado para responder às questões de números **59** e **60**.

Considere as informações relativas aos custos incorridos na fabricação do produto de determinada empresa industrial em um determinado exercício:

Depreciação das máquinas R$ 10.000,00.

Custo de embalagens prontas (individuais) R$ 5.000,00.

Mão de obra indireta R$ 4.000,00.

Custos de transformação R$ 40.000,00.

Matéria-prima direta R$ 20.000,00.

Energia Elétrica/Água R$ 10.000,00.

Considere, ainda, que não havia estoques, nem no início nem no final do período.

Os gastos com energia elétrica e água são alocados à proporção de 20% para o setor administrativo e 80% para o departamento de produção.

59. Com base, unicamente, nas informações disponibilizadas, o custo de mão de obra direta incorrido no período foi de

(A) R$ 16.000,00.

(B) R$ 18.000,00.

(C) R$ 15.000,00.

(D) R$ 20.000,00.

(E) R$ 25.000,00.

60. O custo do produto vendido, de acordo como método do custeio por absorção é:

(A) R$ 70.000,00.

(B) R$ 69.000,00.

(C) R$ 65.000,00.

(D) R$ 68.000,00.

(E) R$ 67.000,00.

R A S C U N H O